



ATA DA SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL — ESTADO DO PANTANAL

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solcito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, público aqui presente. “Ata da Quinquagésima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul - Estado do Pantanal. Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Sessenta e Seis da Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 848, 850 a 852/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 7.618/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Carta nº 638/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul; Carta nº 402603308/2024, da Oi Telefonía. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Paulo Duarte, Roberto Hashioka, Lidio Lopes, Junior Mochi e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Gleice Jane, Zeca do PT, João Henrique e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Junior Mochi. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final, e votação nominal o Projeto de Lei nº 190/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 184/2022, de autoria do deputado Neno Razuk; Projeto de Lei nº 94/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 227/2022, de autoria do deputado Paulo Corrêa, em coautoria com o deputado Paulo Duarte; Projeto de Lei nº 87/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à bailarina de dança cigana Ana Flavia Paes de Souza, por suas inúmeras conquistas e dedicação à cultura cigana; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Comitê de Defesa Popular de Dourados, extensiva a todos os sindicatos e movimentos sociais envolvidos na organização do evento especial na Praça do Cinquentenário, no dia 1º de maio de 2024, pelo evento cultural que eles promoveram no Dia do Trabalhador; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao empreendimento Boca da Onça, no município de Bodoquena, na pessoa de seus proprietários senhor Haroldo de Sá Quartim Barbosa e senhora Ângela Wirth Quartim Barbosa, pelo recebimento do Prêmio Trip Advisor - The Best 2024”, do renomado site de viagens Trip Advisor, na colocação de 3º lugar de principais atrações em nível Brasil e 4º lugar em nível América do Sul. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Escola Municipal Antônio Joaquim de Moura Andrade, de Nova Andradina, através de sua diretora, Suzana da Silva Souza Rocha, extensiva aos demais professores e alunos, pela classificação entre as trinta melhores escolas do estado, recebendo o prêmio “Escola Destaque



MS”, do Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança”; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Escola Municipal Pingo de Gente, de Nova Andradina, através de sua diretora, Maria Neuza de Souza Rosa, extensiva aos demais professores e alunos, pela classificação entre as trinta melhores escolas do estado, recebendo o prêmio “Escola Destaque MS”, do Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança”; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bonin, de Nova Andradina, através de sua diretora, Renata Aparecida Soares Santos Costa, extensiva aos demais professores e alunos, pela classificação entre as trinta melhores escolas do estado, recebendo o prêmio “Escola Destaque MS”, do Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança”; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Gleice Jane, Mara Caseiro, Caravina, Junior Mochi, Zé Teixeira, Paulo Corrêa e Zeca do PT. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de julho do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao segundo-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 10 de julho de 2024: Ofício nº 1.532/2024, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº1507/2024); Ofício nº 2.183/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 952/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada moção de congratulação à Igreja Universal do Reino de Deus, pelos seus quarenta e sete anos de fundação. A moção, se aprovada, deverá ser redigida nos seguintes termos: "O dia 9 de julho é uma data muito especial na vida de milhares de pessoas, porque comemora-se os quarenta e sete anos de existência da Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977, pelo Bispo Edir Macedo, em um coreto no subúrbio do Rio de Janeiro. A Igreja Universal se expandiu mundialmente, se consolidou como um farol de esperança e transformação na vida das pessoas, atuando em quase duzentos países, e se tornou uma das maiores comunidades de fé e prática religiosa. Ao longo desses quase cinquenta anos de trabalho, a Igreja Universal não se limitou apenas a sua missão espiritual, mas se tornou um exemplo de solidariedade e de compromisso social, com programas e projetos que têm beneficiado segmentos da sociedade muitas vezes esquecidos e marginalizados. Desde a sua fundação, a Igreja Universal tem se consolidado como um farol de esperança e transformação na vida das pessoas. Muito me alegra fazer parte desta obra desde o dia em que decidi tomar a Deus como prioridade na minha vida. Lembro-me com grande carinho de toda a minha trajetória desde que entrei por essas portas há trinta e três anos. Hoje, faço parte do corpo pastoral da igreja e continuarei esse trabalho com responsabilidade e empenho. Entendo ser



justa e oportuna a homenagem desta Casa em comemoração aos quarenta e sete anos da Igreja Universal, em face de toda a sua importância e representatividade religiosa e social, não só no Brasil, mas no mundo. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões, para que seja viabilizada aquisição de uma ambulância com UTI móvel completa para garantir o município de Corumbá. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pela senhora Naná Cordeiro. Com uma população de aproximadamente cem mil habitantes, a aquisição de uma ambulância, especialmente uma UTI móvel, é fundamental para o atendimento pré-hospitalar, uma vez que possui todo o equipamento especializado para salvar vidas e transportar pacientes para hospitais emergenciais. Além disso, é essencial para a locomoção de inúmeros pacientes que necessitam realizar tratamento em outras localidades. Assim é demonstrada a necessidade, a conveniência, a oportunidade e a relevância da providência ora indicada. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando a recuperação da sinalização vertical e horizontal da avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, Parque Novos Estados, nesta Capital. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desse Poder ao deputado federal Vander Loubet, solicitando encaminhamento de recursos, via emenda parlamentar, para construção de uma nova sede para a Escola Estadual Polo Indígena MBO Erenda Tupã I Nandeva, e a construção de uma quadra de esportes coberta, na aldeia Limão Verde, no município de Amambai. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero registrar a presença do prefeito de Ribas do Rio Pardo, senhor João Alfredo, que está aqui prestigiando esta Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira que está comemorando seu aniversário hoje. Desejo felicidades, saúde, paz, prosperidade, e que a sua energia se mantenha sempre firme.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares e público que nos acompanha neste Plenário, pela TV Assembleia e Rádio Alems. Antes de mais nada, quero agradecer ao presidente e demais colegas pelo carinho pela passagem de mais um aniversário. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, solicitando que haja uma união de esforços para a viabilidade de utilização um prédio que pertence ao governo do estado, onde anteriormente funcionava a Escola Estadual São José, no distrito de Indápolis, na cidade de Dourados. Esse prédio foi desativado, e essa unidade de ensino foi para outro local. O



prédio está completamente abandonado e poderia ser transformado numa unidade de educação infantil para contemplar não só as crianças, mas também as mães, que terão um local apropriado e seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham. Tenho certeza de que o prefeito de Dourados e o nosso governador, sensíveis a essa questão, vão tratar desse assunto. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Roberto de Barros Calixto, diretor-presidente da CCR MSVia, solicitando a implantação do sistema de iluminação pública na BR-163, em um trecho muito perigoso que dá acesso à indústria JBS Alimentos e ao trevo da Bandeira, em Dourados. Esse é um trecho de grande fluxo e o sistema de iluminação pública tem gerado grande temor e preocupação para a população que utiliza essa via, causando sérios acidentes. Essa é uma indicação do vereador Juscelino Cabral, do PSDB de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a implantação de uma ciclovia no trecho do MS-450 que liga Aquidauana ao distrito de Camisão. A implantação dessa ciclovia garantirá a segurança para ciclistas e pedestres que passam por aquele trecho. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao diretor-presidente da Ageprev, senhor José Oliveira Martins, solicitando a implantação de uma unidade da Agência de Previdência Social em Dourados para atender os municípios do interior de Mato Grosso do Sul. É fundamental que a administração pública invista em estrutura aqui na capital e em toda a região, pois hoje as perícias e os procedimentos ficam centralizados em Campo Grande, trazendo prejuízos aos moradores do interior do estado. A região da grande Dourados, por exemplo, atende mais de trinta municípios, totalizando aproximadamente oitocentas mil pessoas. No início do meu mandato, eu trouxe esse assunto aqui e o deputado Pedro Kemp, na época, foi bastante sensível e reconheceu a importância dessa regionalização. Agora, pela ordem, eu gostaria de registrar a presença, neste Parlamento, do fundador da Associação Beneficente da Cidade de Dourados (ABCD), senhor Fernando Lopes, que assiste lá em Dourados as famílias em situação de vulnerabilidade social. Lembrando que, quando atrelado, o poder público caminha e reconhece o trabalho do terceiro setor. Por ora, é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, senhores assistentes, quem nos acompanha pela TV e Rádio Alems e pelas redes sociais. Senhor presidente, eu trago hoje um projeto de lei que irá contribuir para a redução de acidentes nas estradas de Mato Grosso do Sul, pois ele é mais que um programa de governo; é um programa de estado. Esse projeto de lei dispõe sobre a obrigação de previsão de acostamento na elaboração e contratação de projetos de engenharia para execução de novas obras de pavimentação asfáltica nas rodovias estaduais. Artigo 1º - A elaboração e contratação de projetos de engenharia para execução de obras de pavimentação asfáltica em rodovias estaduais, concedidas ou não à administração privada, deverão conter, obrigatoriamente, previsão de acostamentos laterais em ambos os lados, com ou sem revestimento asfáltico, de acordo com o padrão de construção adotado para a rodovia. Parágrafo único - Os requisitos técnicos construtivos dos acostamentos seguirão as regras estabelecidas no manual de implantação básica do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), ano de 2010, 3ª edição, de acordo com as exigências contidas na publicação do Instituto de Pesquisas em Transportes nº 742, que dispõe sobre normas a serem aplicadas em projetos e construção de estradas federais e dos órgãos rodoviários estaduais, ou



por outra norma que a substituir. Artigo 2º - Excetua-se da obrigação contida no artigo 1º desta Lei os trechos de rodovias que atravessam áreas urbanas, devidamente delimitadas pelo perímetro urbano, que obedecerão à legislação municipal. Artigo 3º - A obrigação contida no artigo 1º desta lei é incidente nos trechos com aclives, declives acentuados, curvas sinuosas, ou por outro motivo devidamente justificado. Artigo 4º - Esta lei entra em vigor em cento e oitenta dias após a data de sua publicação. Senhor presidente, esse projeto de lei vai ao encontro do programa do governo "Fazer bem feito para fazer dar certo". Nós, que utilizamos as rodovias, sabemos da importância do acostamento, e esse projeto de lei traz a oportunidade de o acostamento ter revestimento primário ou de vegetação, servindo de escape para a parada de veículos que acabam quebrando e também para diminuir os atropelamentos de animais silvestres. O projeto prevê um prazo de cento e oitenta dias para não interferir no orçamento do estado, e esse prazo de cento e oitenta dias após a sanção da lei vai permitir que ele seja projetado para o ano que vem, lembrando que o custo é mínimo, já que o acostamento não será pavimentado, sendo necessário somente o espaço para implantação. Não tenho dúvida de que esse projeto de lei vai diminuir sensivelmente os acidentes com vítimas fatais, acidentes mais graves, pois a opção de ter o acostamento evita a colisão frontal que vem acontecendo em várias rodovias em nosso estado. Peço o apoio dos nobres colegas para esse projeto, que ainda vai passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, mas sem dúvida irá fazer uma mudança substancial no tráfego das nossas rodovias estaduais, além vai ao encontro do slogan do governo: "Fazer bem feito para fazer dar certo". Por hoje é só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Passo a presidência para o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Peço licença aos colegas para fazer uso do Pequeno Expediente. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação, ao senhor Milton César da Silva Cruz e aos atletas da UFC - Sonhadores, pelo empenho e dedicação no XXXIII Campeonato Brasileiro de Kickboxing e no Panamericano Open 2024, realizado em 29, 30 de maio e 1 e 2 de junho, em Coqueiral de Itaparica, município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Trago aqui as justificativas da moção de congratulação. Também, senhor presidente, ontem nós apresentamos um projeto de lei. Eu já solicito aos colegas que puderem dar suas contribuições ao projeto de lei do dia 10 de julho, que institui o Programa Adote uma Nascente, que tem como objetivo a recuperação de nascentes em áreas degradadas e a preservação daquelas que não necessitam de restauração, ou até as que precisam de restauração, com possibilidade de apadrinhamento. Nosso estado é privilegiado pela natureza, berço do Aquífero Guarani, com áreas territoriais abrangidas por diversas bacias hidrográficas estaduais e/ou federais. A transformação em lei deste Programa Adote uma Nascente permitirá também a conscientização das pessoas, permitindo o avanço de políticas públicas complementares, principalmente envolvendo as respectivas comunidades localizadas em áreas urbanas e rurais próximas a cada uma das nascentes de rio. Com esse projeto, nós pretendemos criar conscientização, recuperação de nascentes, apadrinhamento, envolver os prefeitos e os vereadores, assim como todos os envolvidos com o meio ambiente. A Comissão de Meio Ambiente desta Casa tem um trabalho nesse sentido, então peço para que efetivemos o Fundo Estadual de Uso dos Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul. Existe o fundo que não é regulamentado, mas tem recursos de fontes hídricas que podem ser utilizados nesses projetos de recuperação de nascentes. Eram essas as nossas considerações, presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Quero apenas parabenizar Vossa Excelência por esse projeto, senhor presidente, porque, sobretudo neste momento que estamos vivendo no Mato Grosso do Sul, com essa preocupação com a agenda verde, acho que é de suma importância o projeto de Vossa Excelência, de preservação das nascentes. Manifesto aqui uma preocupação específica com relação ao rio Miranda. Tive a oportunidade de passar por Jardim recentemente e vi que o rio está praticamente seco, com um nível de assoreamento impressionante e degradação da mata ciliar, algo em absoluta desconformidade com a legislação existente. Não podemos repetir no rio Miranda o que é um verdadeiro crime, um dos maiores crimes ambientais, tragédias ambientais do nosso estado, que é o caso do rio Taquari. Acho que temos realmente que fazer algum tipo de ação, e o projeto de Vossa Excelência vai justamente nessa linha. Queria parabenizá-lo e me somar a esse esforço.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço o registro, deputado, e toda a contribuição. O projeto está tramitando. Queria registrar e agradecer a presença do senhor José Carlos Peres, do senhor Jefferson Lopes Oliveira, vereadores do município de Inocência, e da senhora Josiane Rosa, vereadora do município de Inocência. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu assisti, ouvi e li na imprensa estadual, na semana passada, que o presidente do Sindicato Rural de Campo Grande manifestou enorme insatisfação e descontentamento com os recursos do Plano Safra para Mato Grosso do Sul. Deputado Pedro Kemp, o Plano Safra, com recurso de quatrocentos bilhões de reais, é o maior Plano Safra da história do Brasil, e destinou trinta e um bilhões e quinhentos milhões de reais para Mato Grosso do Sul. O presidente do sindicato rural, que é alguém da família Coelho, achou por bem criticar, dizendo que é pouco dinheiro. Eu resolvi — achando uma barbaridade o que esse presidente faz, quando diz que é pouco dinheiro — fazer uma indicação deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópia ao ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, nos seguintes termos: em razão da insatisfação demonstrada pelos representantes do agronegócio — leia-se, presidente do Sindicato Rural de Campo Grande — sobre o valor de quatrocentos bilhões e quinhentos milhões de reais destinados ao setor no Plano Safra 2024/2025 do governo federal, solicitamos que os valores a serem destinados aos grandes produtores de Mato Grosso do Sul sejam transferidos para atender às demandas das setenta e uma mil famílias inseridas na agricultura familiar do nosso estado. Até maio deste ano, Mato Grosso do Sul formou mais de trinta e dois bilhões de reais de recursos obtidos no Plano Safra 2023/2024. Foram quarenta e oito mil contratos firmados, sendo quarenta e dois mil deles firmados com os produtores de médio e grande porte, somando trinta e um bilhões e quinhentos milhões de reais. Já os outros oito mil trezentos e cinquenta contratos foram de crédito para agricultura familiar do Pronaf, chegando a quatrocentos e trinta e cinco milhões de reais. A diferença é acentuadíssima. Portanto, senhor presidente, estou fazendo essa indicação para sensibilizar o presidente Lula e o ministro da Agricultura e Pecuária para que, ao invés de ficarem escutando chororô do presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, esses recursos destinados ao Mato Grosso do Sul sejam, obviamente, transferidos para a agricultura familiar. Esse povo está com o cofre bamburrando de dinheiro e continua chorando. Chega! Chega de ouvir lamúrias do agronegócio que só quer para si



e para mais ninguém. Em segundo lugar, senhor presidente, requeiro à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, José Wellington Barroso de Araújo Dias, pela retomada e fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. A moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos pensamentos e anseios da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Zeca do PT, consigna seus aplausos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, José Wellington Barroso de Araújo Dias, pela retomada e fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. Criado no ano de 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, com as finalidades básicas de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, foi crucial para tirar o Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2014. Após quatro anos de desmontes, entre 2019 e 2022, que levaram milhares de brasileiros de volta à insegurança alimentar e nutricional, por ordem do então governo extremista e de direita que nos antecedeu, o PAA foi retomado em 2023, fazendo a compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar, garantindo que toda uma cadeia virtuosa em prol da alimentação saudável se sustente, desta maneira, fortalecendo as redes locais e regionais de comercialização da agricultura familiar. Por essas razões e assim sendo, em razão da importância do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal no incentivo à agricultura familiar, com fomento à produção sustentável, à geração de renda e à promoção da inclusão econômica e social, visando à erradicação da fome no Brasil, espera-se a aprovação desta merecida moção de aplausos por parte desta casa, legítima representante do povo". Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Paulo Corrêa, que dar uma grande notícia: o instituto Quest, em pesquisa publicada hoje, mostra que, em função dos investimentos para garantir dignidade e cidadania ao nosso povo, o governo Lula já bate 54% de avaliação positiva. Em segundo lugar, senhor presidente, além de comemorar, a segunda questão de ordem é para dizer a Vossa Excelência e a esta Casa que nós não podemos continuar nos omitindo sobre o que está acontecendo em Bonito. Os rios de Bonito estão contaminados, além de todo o processo de erosão que é levado para dentro do rio em função da agricultura em escala, de soja e milho plantada naquele município, que hoje é conhecido mundialmente. Foram feitos exames e já se constatou, nos rios de Bonito, quatro tipos de agrotóxicos. É inadmissível que um município que atrai milhares de turistas do mundo inteiro exatamente por suas águas, tenha águas contaminadas. Solicitei — e mostrei — ao deputado Pedro Kemp, que é o nosso articulador nessa área ambiental, e ele está preparando uma proposição para encaminharmos ao Ministério Público, exigindo que o Ministério Público tome providências no sentido de resguardar pelo menos cinquenta a cem metros de mata ciliar, para evitar a contaminação dos rios de Bonito. Eu, pessoalmente, acho que o Ministério Público deveria proibir a agricultura em escala e o plantio de soja e milho naquele município, que é símbolo do turismo e do desenvolvimento ambiental do nosso estado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor João Abussafi, embaixador de Turismo em Mato Grosso do Sul; do senhor André



Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais; de Osineia Aparecida, presidente da Associação de Pessoas com Deficiência, de Chapadão do Sul; do prefeito João Alfredo, de Ribas do Rio Pardo, e da senhora Andercleyne de Oliveira Queiroz, vereadora do município de Paranaíba. Obrigado pela presença. Ainda pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero apenas para registrar nesta Casa, que estou enjoado de ouvir o governo dizer que faz a maior política de inclusão social e que é o terceiro estado mais importante em inclusão social, e que o governo não sei o quê e não sei o quê... Eu fui a Brasília, marquei uma conversa com um amigo pessoal, porque fomos governadores juntos, que é o ministro do Desenvolvimento Social, e trouxe aqui os dados do que o governo interfere em Mato Grosso do Sul com a inclusão social. Pois bem, pelo Bolsa Família, senhor presidente, senhores deputados e deputadas, no mês de junho de 2024, foram duzentas e dez mil, cento e quarenta e cinco famílias atendidas. Sabem o que isso significa? R\$ 145.368.740,00. Em um mês, o governo federal injetou esse valor somente no Bolsa Família. Eu fui a Bataguassu, na terra do meu querido colega delegado Caravina, e fui buscar esse dado. Bataguassu recebe por mês algo em torno de dois milhões e meio de reais, depositados na conta das famílias que recebem Bolsa Família. É uma fábrica! É como uma fábrica que ninguém vê, de aproximadamente mil empregos com salário mínimo. Então, é inadmissível, meu querido deputado Junior Mochi, que isso tudo não seja reconhecido como deveria pelo governo do estado. Além disso temos o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas portadoras de deficiência e idosas. Vocês sabem quantas pessoas recebem aqui? São cento e duas mil, seiscentas e oitenta e cinco pessoas. Só em abril de 2024, foram repassados cento e quarenta e cinco milhões, vinte e três mil, setecentos e sessenta quatro reais. Em 2023, foram repassados, só do BPC, um bilhão, quinhentos e oito milhões, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e nove reais. É muito dinheiro! É por isso que o estado está se desenvolvendo cada vez mais, do ponto de vista da inclusão e do combate à fome. Viva o governo Lula! Viva! Esses são resultados reais que estão aqui em minhas mãos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, deputados, população que nos assiste pela TV Assembleia e que nos prestigia com suas presenças. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para a apresentação de um projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação das Pessoas com Deficiência (Associação PCD), com sede no município de Chapadão do Sul. Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação das Pessoas com Deficiência, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Chapadão do Sul. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Deputado Júlio Maia, 10 de julho de 2024. Assina o deputado Júnior Mochi. Justificativa. A Associação das Pessoas com Deficiência foi fundada em 28 de novembro de 2021, com o nobre propósito de apoiar, representar e defender os direitos das pessoas com deficiência em Chapadão do Sul. Desde então, a Associação PCD vem desempenhando um papel vital na promoção da inclusão social e na melhoria da qualidade de vida dessa importante



parcela da população. Através de suas ações, a Associação PCD tem contribuído significativamente para a sensibilização e a integração social. Portanto, senhor presidente, apresento o projeto de lei ao mesmo tempo em que cumprimento sua presidente, que nos prestigia com sua presença, acompanhando a nossa Sessão. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente. Trago um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 171, inciso XVII, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja criada pela Mesa Diretora a Comissão de Acompanhamento do Processo de Relicitação da Ferrovia Malha Oeste, atualmente sob exploração da Empresa Rumo Malha Oeste S.A., cujo objeto é a formalização da nova concessão da Ferrovia Malha Oeste, no trecho entre o município de Corumbá e Mairinque. Trago aqui todo o requerimento, senhor presidente, já com as assinaturas de cinco deputados, convidando os demais deputados para que possam fazer o mesmo. A nossa ideia é que, através desse instrumento jurídico, a Assembleia Legislativa possa ser a terceira interessada e acompanhar o andamento do processo de relicitação ou repactuação da Ferrovia Malha Oeste junto ao Tribunal de Contas da União e à Agência Nacional dos Transportes Terrestres, que, em nossa avaliação, estão fazendo um mau serviço de fiscalização desse importante canal de escoamento da produção de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, deputado Lidio Lopes. Transferida. Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 02293/2024). De autoria do deputado Caravina: um projeto de lei (Prot. nº 02288/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: um projeto de lei (Prot. nº 02281/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 02282/2024, 02283/2024); um projeto de lei (Prot. nº 02285/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nº 02292/2024, 02291/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: um projeto de lei (Prot. nº 02289/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02294/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 02290/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados. Eu ocupo a tribuna nesta manhã, primeiro para falar da votação que aconteceu ontem na Câmara dos Deputados, sobre a reforma do ensino médio. Eu assisti pela televisão, quando o presidente da Câmara, Arthur Lira, colocou em votação de forma simbólica. Não demorou trinta segundos, e o projeto foi aprovado. Um projeto dessa magnitude, sem uma discussão mais aprofundada, e de forma açodada, foi aprovado com alguns retrocessos. Esse ensino médio já foi praticamente detonado no governo Michel Temer. Eu me lembro que aqui na Assembleia Legislativa aconteceu uma audiência pública, presidida pelo então senador Pedro Chaves, que era o relator do chamado novo ensino médio, no Congresso Nacional; e foi um grande retrocesso que aconteceu naquela reforma. Porque o chamado novo ensino médio, de Michel Temer, reduziu a carga horária das disciplinas obrigatórias do currículo, na formação geral dos nossos estudantes e incluiu



os chamados itinerários formativos para a formação profissional dos jovens já na escola no período do ensino médio. E o objetivo era claro: prejudicar a formação geral dos estudantes e formar mão de obra barata para o mercado de trabalho. Esse foi o objetivo daquela reforma do ensino médio. Eu fiquei penalizado com essa geração que passou por essa mudança desastrosa do ensino médio, a partir do governo Michel Temer. Depois entrou o governo Bolsonaro, e ainda mais houve a pandemia, quando as aulas presenciais foram suspensas e aconteceram de forma remota. O ensino médio estava passando por uma mudança, uma transformação de carga horária, com redução de disciplinas obrigatórias. Para os senhores terem uma ideia, no currículo ficou apenas uma aula de História por semana. Imagine, deputado Pedrossian Neto, o que é que um jovem aprende com uma aula de cinquenta minutos por semana? Uma aula por semana de Física e Química... Então houve um esvaziamento de conteúdo do currículo do ensino médio e, pasmem, criaram disciplinas que nós chamamos de "baboseira", só para encher linguiça e prender o aluno na carteira, como Empreendedorismo e Projeto de Vida. Assim o aluno sai de lá um analfabeto funcional, sem saber redigir uma redação, sem conhecer a história do Brasil e do mundo, sem ter conhecimento de Sociologia, de Física, de Química e de Geografia. Então, houve um empobrecimento enorme do currículo do ensino médio.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou permitir. E aí criaram uma carga horária bastante extensa de formação profissional. O aluno pode optar. E a grande propaganda feita na época foi a seguinte: agora ele vai escolher a área de conhecimento que quer cursar, por exemplo, Ciências da Natureza ou Ciências Humanas; e o aluno "escolhe" uma área profissional, porque ele tinha que fazer o que a escola estava oferecendo. Então, havia escolas que ofereciam formação na área da Informática, outras ofereciam formação na área jurídica. E os alunos, na verdade, faziam o que a escola estava oferecendo; não havia essa história de poder escolher o itinerário formativo. Por exemplo, deputada Gleice Jane, em municípios como Douradina e Juti o aluno tem que fazer o que a escola oferece; ele não tem como escolher. Então, houve um retrocesso. Para fazer a lotação de professores foi um caos! Houve professor que teve que dar aula em cinco ou seis escolas; o professor saía correndo de uma escola para outra para completar sua carga horária, porque sua carga horária foi reduzida, tendo uma aula aqui e outra lá. Na campanha eleitoral, o pessoal da educação se mobilizou e defendeu, no programa do presidente Lula, uma revisão do ensino médio, com a revogação daquele ensino médio do governo Temer e a aprovação de um ensino médio mais condizente com as necessidades do nosso povo. Muito bem, mas vejam quem o deputado Arthur Lira — um homem que joga contra o Brasil, um ditador... Eu vi a forma como ele encaminhou a votação ontem. Foi assim: "Os deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovado." Ensino Médio aprovado dessa forma, em trinta segundos. Então, o governo Lula fez uma grande consulta, uma grande pesquisa junto aos educadores e aos estudantes para reformar o ensino médio, trazendo de volta uma carga horária mais densa de formação geral dos nossos estudantes e diminuindo aquelas baboseiras que foram colocadas no currículo, como ensinar o aluno a fazer bolo de caneca, e colocando conteúdo que realmente forme e prepare os estudantes para a vida. O projeto foi discutido e acordado com o governo e foi para o Senado. O Senado fez algumas alterações importantes, aumentando a carga horária de formação geral e incluindo o Espanhol como língua obrigatória, até porque trabalhamos na integração latino-americana. O nosso estado é fronteiro com Bolívia e Paraguai; tem que ter espanhol no currículo dos nossos jovens. Pois bem,



o Senado aperfeiçoou o projeto e ele voltou para a Câmara, e quem o presidente da Câmara nomeou como relator? O deputado Mendonça Filho, que foi o ministro da Educação do Temer que fez aquela reforma desastrosa. E ele retirou o que o Senado havia aperfeiçoado, e depois votaram no afogadilho. Outro dia aqui na tribuna eu falei que temos o pior Congresso Nacional da história; o pior. Dá desespero quando vemos determinadas discussões e votações nesse Congresso liderado por Arthur Lira, que é um ditador, um homem que joga contra os interesses do povo brasileiro. Então, eu queria lamentar a forma como foi votado esse ensino médio, e dizer que é lamentável que o Congresso Nacional não tenha levado a sério um assunto tão importante, porque estamos falando da formação dos nossos jovens. Educação é tudo, é fundamental, é uma prioridade. Um aparte ao Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Pedro Kemp, primeiro quero agradecer a Vossa Excelência pelo aparte. Vossa Excelência trata de um assunto que é extremamente importante, até porque, se chegamos até aqui, é porque passamos pela educação. Comentando com a nossa querida professora deputada Gleice Jane, digo que nós estamos vendo um momento assim... Não quero pontuar um lugar específico: é o estado brasileiro! É uma tragédia. É só a gente visitar uma escola, até escola particular. Os nossos jovens estão aí no mundo da lua. Eu estava comentando aqui que essa é a geração "nem-nem": nem o professor ensina com esse ensino médio, e nem o aluno aprende. E, quando você percebe que um professor, para juntar sua grade curricular e sua carga horária, tem que rodar por vários lugares, nota que existe um problema seríssimo. Eu lamento profundamente. É por isso que o Pisa, que mensura o nível da educação no mundo, coloca o Brasil em quadragésimo oitavo lugar em Língua Portuguesa e em quadragésimo nono lugar em Matemática, porque essa é a realidade. Se perguntar qual é a capital do estado do Mato Grosso do Sul, é perigoso alguém não saber; é uma alienação total. Eu quero dizer a Vossa Excelência que a revogação do ensino médio é fundamental. Eu espero, deputado Pedro Kemp, que em um curto espaço de tempo, a gente realmente venha a fazer com que os nossos alunos tenham condições de aprender, pelo menos a escrever e a interpretar um texto. Os alunos não conhecem a tabuada. E eu me lembro aqui, não sendo saudosista, que no terceiro ano primário, lá na roça, na área rural, o garoto, no terceiro ano primário, tinha que saber na ponta da língua os nomes de todos os estados e suas respectivas capitais. Isso é o básico do básico. Então, eu quero aqui me somar a Vossa Excelência nesse pronunciamento. Não quero partidarizar; é uma realidade: nossos alunos não estão aprendendo e os professores enfrentam muita dificuldade. Isso afeta a questão psicológica; a questão do ir e vir para completar a carga horária. Vossa Excelência trouxe aqui um dado: uma aula de História por semana... Aqui está um professor de História, o deputado Gerson Claro. Uma aula de Química por semana. Como esse aluno vai aprender? Como ele vai se formar e se preparar para o terceiro grau, a faculdade, e para o mercado de trabalho? É uma realidade que nos preocupa muito. E, concluindo o meu aparte um pouco prolongado, eu não posso deixar de lembrar do grande escritor brasileiro Monteiro Lobato: "Um país se desenvolve com homens e livros." Enquanto não tivermos homens preparados, sensíveis a essa causa, investindo em educação e colocando-a em primeiro lugar, que deveria ser não só aqui, mas no mundo inteiro, eu tenho certeza de que não alcançaremos o objetivo que queremos, que é ter uma sociedade realmente preparada para o dia a dia. Quero agradecer a Vossa Excelência pelo aparte e me somar ao seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento e concedo um aparte à deputada Gleice Jane, que saiu recentemente da sala de aula e veio para a Assembleia Legislativa.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É isso mesmo, deputado Pedro Kemp. Eu vim aqui para falar como professora que sou, e participei de todo o debate, na época, no sindicato também, quando tivemos a reforma do ensino médio. Naquele momento, fizemos seminários e debates. Na época, o então presidente golpista Temer assumiu. E o Ministério da Educação esteve em Dourados para discutir o novo ensino médio. E quando perguntamos a eles o que estava para ser mudado, a resposta do superintendente na época foi: "Nós não queremos mais jovens trabalhadores, queremos jovens empreendedores!" Essa foi a resposta dada naquele momento. É importante lembrar que a reforma do Ensino Médio foi a primeira de todas as reformas que passaram pelo país. Ter uma população jovem despreparada, que não conhece o seu processo histórico, que não compreende a história, a geografia e os seus direitos, é um projeto de sociedade para massacrar a classe trabalhadora. E hoje estamos vivendo isso. Eu ando por aí, converso com a juventude e pergunto a todo momento a todos os jovens: "Vocês estão gostando do novo ensino médio? Vocês estão aprendendo?" E a resposta é unânime: "Não"! Esse modelo não garante o aprendizado para ninguém. Toda a juventude tem isso como resposta imediata quando perguntamos. Agora, por que o presidente da Câmara, Lira, aprovou em trinta segundos? Porque, se fizemos um debate sobre educação neste país, é óbvio que ele não conseguiria aprovar. É óbvio que todo mundo diria que esse modelo não serve e que a reforma do ensino médio teria que ser revogada imediatamente. Então, acho que o que está em disputa neste momento é uma disputa de sociedade, é uma disputa sobre a organização do sistema da sociedade que passa pela educação. O que se pretende, o que a extrema-direita quer para o país, é um país onde as pessoas não tenham capacidade de pensar sobre o seu lugar. É isso que está em jogo, é isso que está em disputa neste momento, e a reforma do ensino médio traz isso. Como professora, quero reforçar as falas que o senhor trouxe aqui: é humanamente impossível para um professor ou uma professora conseguir trabalhar com uma única aula. A Secretaria de Estado de Educação pode fazer melhor, mas optou por manter o mesmo modelo apresentado pela reforma do ensino médio. Uma aula de História, por exemplo, faz com que o professor tenha que dar trinta e seis aulas para cobrir o conteúdo, o que exige trinta e seis salas de aula e várias escolas. É humanamente impossível garantir um trabalho eficaz. Mas o projeto da educação é o esvaziamento do conhecimento; esse é o projeto apresentado. E estamos vendo pelos resultados das notas que o esvaziamento do conhecimento é o grande projeto da educação. A secretaria também tem apresentado como alternativa a burocracia, pois quando não temos o que apresentar para pensar, usamos a burocracia para disfarçar a ausência de um projeto para a educação. Então, a situação é muito séria e grave. Precisamos debater a educação com seriedade no estado de Mato Grosso do Sul e no país. Portanto, quero me somar à sua fala e dizer que essa reforma, e a maneira como o presidente da Câmara deputado Arthur Lira apresentou a reforma ontem, e como isso foi votado, mostra que é justamente um projeto de desmonte da educação, de esvaziamento do conhecimento da população para dominá-la. Porque uma população sem conhecimento é facilmente dominada, e é esse projeto que a extrema-direita apresenta para o país neste momento. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência, que fala com propriedade porque vivenciou este momento de mudança no ensino médio, o qual significou um transtorno na vida dos professores, que tiveram que se desdobrar para dar conta de suas atividades, mas também um transtorno na vida dos alunos. Ficou claro o esvaziamento do conhecimento e do conteúdo; foi uma tragédia que aconteceu. Essa geração que passou por essa mudança dificilmente vai recuperar o tempo perdido estudando como fazer um bolo de caneca na escola ou estudando projetos de vida na escola. Então, eu espero que, mesmo com essa mudança que aconteceu de forma tão irresponsável e que não foi levada a sério, possamos



dar alguns passos no sentido de recuperar a proposta do ensino médio. Um aparte ao deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Pedro Kemp, prestando atenção na fala de Vossa Excelência, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para comunicar a propositura de um projeto nosso que prevê a criação e a regulamentação das escolas Charters. As Charters Schools foram criadas na década de 1970 nos Estados Unidos e, por incrível que pareça, receberam o apoio da American Federation of Teachers, que é o sindicato dos professores dos Estados Unidos. Eles começaram a perceber que esse modelo de escola Charter permite, por exemplo, que você financie o mesmo custo que teria em uma escola normal e transfira isso para o sistema privado, para associações. No Brasil, isso seria semelhante às Associações de Pais e Mestres. O modelo Charter permite, por exemplo, que, para competir com as escolas privadas, você possa remunerar um professor com excelência, como muitos professores de cursinho que estão na internet vendendo aulas. Vemos juízes do estado de Mato Grosso do Sul, deputado Caravina, que pediram aposentadoria para lecionar, porque o sistema privado, quando impulsionado por esse sistema Charter, que é nada mais do que um contrato com o professor, permite a um professor ganhar mais do que um político, mais do que um deputado estadual, inclusive do PT, do PL. Então, o que eu quero colocar, deputado, é que hoje no estado de Mato Grosso do Sul temos condições de implementar isso, ainda que em caráter experimental, para as escolas de baixo índice, das quais a gente sempre reclama, esse modelo novo que funcionou nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo, mas que é uma maneira de remover todas as amarras que temos através de leis, sindicatos, representações ou lentidão, para que possamos melhorar uma unidade. Vossa Excelência, quantas vezes reclamou sobre o aumento do salário do professor, a estrutura da escola e o desempenho? Com esse modelo você transfere todo o dinheiro, e a fiscalização continua sendo do poder público. É um modelo interessante e novo. E eu digo que ganhou o apoio dos sindicatos, porque normalmente os sindicatos, entidades ou associações tendem a uma visão ideológica conectada à esquerda, mas seria algo que, se apoiássemos, poderia unir nossa pauta de libertação e melhoria na educação, nos salários e na valorização, algo que, com certeza também é pauta de Vossa Excelência. Então, estou apresentando esse projeto neste momento e peço que Vossa Excelência, que é um entusiasta da educação e militante há anos na Assembleia, estude-o, porque Vossa Excelência pode encontrar aqui um parceiro para que possamos alcançar, dentro da competência do estado, avanços e melhor estruturação, desenvolvimento, remuneração e qualidade. Estou cansado, deputado Pedro Kemp, de vir a essa tribuna todos os anos e reclamar sobre alguma escola, salário ou reduções. Precisamos trazer um pouco de liberdade, transferindo as associações e mantendo a fiscalização da aplicação desses recursos. Esse modelo rompe com todos os moldes e possibilita que a escola pública, através dessas associações, concorra com as escolas privadas em qualidade, estrutura, agilidade, velocidade e remuneração. O projeto é interessante e funcionou nos Estados Unidos, unindo democratas e republicanos, e hoje é um modelo incontestável. Obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, e tenho certeza de que, se nos empenharmos, conseguiremos avanços em Mato Grosso do Sul. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não conheço o projeto, deputado, vou procurar conhecê-lo para emitir uma opinião. Mas eu sou defensor da escola pública, que valorize os trabalhadores da educação e dê condições para que o ensino possa ocorrer de forma adequada e excelente, para que os profissionais tenham condições de desenvolver suas atividades. A educação não é neutra, e eu aprendi isso com o mestre Paulo Freire. A educação é um ato político; ela tem que formar a consciência crítica da juventude, para que possa fazer uma leitura do mundo. Não é



só fazer a leitura de textos, mas sim uma leitura do mundo, contextualizando neste mundo para transformar a sociedade em um lugar mais justo, mais humano, mais solidário e mais fraterno. A educação deve estar a serviço de um projeto de uma sociedade libertária, e muitas propostas mirabolantes na área da educação, muitas vezes, trabalham o tecnicismo e a informação pela informação. No entanto, ninguém pode substituir uma relação dialógica entre educandos e educadores para a formação de uma consciência crítica sobre os conteúdos ministrados nas escolas. Então, eu vejo, senhor presidente, para encerrar, nesses trinta segundos, que aprovamos ontem uma nova proposta para o ensino médio, que vai para sanção do presidente da República. Poderia ter sido melhor; poderia ter avançado um pouco mais se não fosse o atraso da Câmara dos Deputados, que hoje tem uma visão muito diferente daquela que seria necessária para termos um projeto de educação arrojado no Brasil, e assim sairmos daquela posição no ranking, algo que muitas vezes nos envergonha. O Brasil só será uma potência, de fato, quando nós investimos na educação com seriedade e tivermos um modelo de educação capaz de emancipar a nossa juventude, principalmente das camadas populares. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há vinte e três deputados presentes, logo, há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum, passemos aos itens pautados. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Emenda Constitucional nº 01/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem/GabGov/MS/nº 24/2024. "Altera a redação e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição Estadual, para prever que eventuais créditos adicionais concedidos aos Poderes e instituições em determinado exercício, não integrem a base de cálculo para cômputo no exercício seguinte, respeitando-se, assim, o teto de gastos instituído por meio da Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017". A Comissão Especial de Reforma Constitucional emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Emenda Constitucional nº 01/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 184/2022. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui a Campanha de Combate ao Preconceito à Hanseníase no Estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi



elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 184/2022, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 116/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Inclui no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Festa Pantaneta, no município de Aquidauana". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 116/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Todos que já estiveram na Pantaneta sabem de sua importância, não é?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Obrigado! Queria agradecer, senhor presidente, pela ordem. A todos os senhores e senhoras deputados que votaram o projeto da Pantaneta, que é de suma importância para o município de Aquidauana e região pantaneira. É uma festa maravilhosa que ocorre lá. Muito obrigado a todos pelo voto e obrigado à Assembleia Legislativa novamente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 287/2023. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Dispõe sobre a



obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telecomunicação realizarem a remoção do cabeamento inativado após o cancelamento do serviço, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o autor do projeto, deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Esse projeto regulamenta a questão dos cabos de telefonia, internet e televisão quando há troca de empresa. Então, o que se propõe é que, com a anuência do proprietário, a empresa seja obrigada a retirar os cabos, como uma forma de desobstruir os conduítes que serão utilizados por uma nova empresa contratada. Entendo que, inclusive, há uma discussão do deputado Paulo Duarte sobre os cabos e fios nos postes. No entanto, no caso dos prédios e residências, estaremos contribuindo para que o serviço seja realizado sem custo para os proprietários. Isso é uma forma de facilitar o trabalho da nova empresa de telefonia, internet ou televisão que for contratada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 287/2022, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 114/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Institui o Dia do Beach Tennis no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Para discutir, o autor, deputado Lucas Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Só para informação, pode parecer que é um esporte novo, mas ele foi criado em 1987 na Itália, e no Brasil começou a se difundir e se popularizar em 1996. Em Campo Grande, já existe o Dia do Beach Tennis, que é um projeto de lei do vereador



Papi, aprovado na Câmara de Vereadores. No entanto, em nível estadual ainda não existe. Em 2021, havia cerca de quatrocentas mil pessoas praticando esse esporte no país. Somente no ano passado, mais de um milhão de pessoas praticaram o beach tennis em todo o Brasil. É importante destacar que fui procurado pela Federação do Beach Tennis de Mato Grosso do Sul, criada em 22 de março de 2012. A Prefeitura Municipal de Campo Grande, por meio da Fundação Municipal de Esportes (Funesp), através do Programa Movimenta Campo Grande, tem um programa de beach tennis que tem sido uma alternativa atraente para aqueles que buscam atividades físicas ao ar livre e uma forma divertida de socializar-se, portanto, é importante criar esse dia para todas as pessoas que praticam esse esporte, porque praticar esporte é saúde.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 114/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto do Dia do Beach Tennis. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, dezenove indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, continuem como se encontram. Aprovados. Item 7. Eu gostaria da atenção dos senhores deputados, pois tenho uma consulta para fazer ao Plenário. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento da senhora Dirce Barbosa Penco. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento da senhora Yasuko Goto. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Consulto o Plenário para votação simbólica. Nós temos os pareceres de vários projetos ainda depois da CCJR de hoje, que fez um belo trabalho, com os pareceres de mérito nos projetos, inclusive os projetos 2 da Casa. Pretendemos, se necessário, convocar uma Sessão Extraordinária para terminar no dia 16, ou, se precisar, fazer a redação final no dia 18. No entanto, a LDO já possui emendas e, com certeza, precisará de uma redação final. Portanto, estamos consultando o plenário para saber se podemos, conforme o calendário, realizar isso na terça-feira. Se todos os pareceres estiverem prontos, e não houver oposição, podemos colocar a LDO na ordem do dia de amanhã. Consulto os senhores deputados: há alguma oposição? Não havendo oposição, a LDO estará na pauta de amanhã. Está encerrada a Ordem do Dia. Passamos as **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Mais uma vez,



solicitando essa força-tarefa, agradecemos aos deputados pelo empenho, especialmente na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que teve quase duas horas de sessão hoje. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada! Obrigado (11h17min).

